



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AGENTE DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 1 de dezembro de 2013.

Curso de Formação Profissional: Agente Prova Objetiva Específica - 2ª Prova

Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.

1. Este caderno de provas contém **35 questões**.
2. Sobre a carteira, deverão ficar apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) que necessitar se ausentar da sala de prova, por qualquer motivo, só poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.
4. É de responsabilidade do candidato conferir o caderno de prova e o cartão de resposta, em cada aplicação de prova, inclusive nome e número do documento de identificação, no momento em que recebê-lo. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
5. Se desejar, o (a) candidato (a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas como rascunho para registrar as alternativas escolhidas.
6. O candidato deverá transferir, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta, as respostas objetivas para o cartão de resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de resposta.
7. Durante as aplicações das provas objetivas específicas do curso de formação profissional não será permitido:
 - portar e/ou utilizar armas de qualquer natureza, bolsas e similares, óculos escuros, lenços, itens de chapelaria, celulares ou quaisquer aparelhos que permitam transmissão e recepção de dados, outros equipamentos eletrônicos e/ou digitais e ainda relógios de qualquer natureza;
 - a troca de materiais entre os candidatos ou a consulta de qualquer natureza;
 - utilizar papel não fornecido pelo Núcleo de Seleção;
 - receber auxílio para execução das provas;
 - o uso de borrachas, canetas fabricadas em material não transparente, lapiseiras e folha de rascunho.
8. É de responsabilidade do candidato **destacar a sua identificação** do cartão de resposta.

OBSERVAÇÃO: Os responsáveis pela aplicação da prova não estão autorizados a fornecer informações sobre ela.

Identificação do candidato

Folha Intermediária de Respostas
Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d



Evidências Diversas e Local de Crime**Questão 1**

Manchas de sangue resultantes de um grande sangramento, e conseqüente embebedimento de peças, como vestuário, toalhas, panos etc., encontrados no local do crime, são denominadas:

- a) manchas por escorrimento.
- b) manchas por contato.
- c) manchas por gotejamento.
- d) manchas por impregnação.

Questão 2

De acordo com a interpretação corrente, uma morte violenta:

- a) é aquela causada por eventos internos (doenças ou pela própria velhice).
- b) pode ser homicida ou suicida, somente.
- c) é aquela causada por eventos externos (traumatismos, em regra).
- d) é normalmente investigada pelo Serviço de Verificação de Óbito (SVO).

Questão 3

Os instrumentos mais comuns envolvidos na produção de ferimentos contusos são:

- a) armas de fogo e os respectivos elementos de munição.
- b) agulhas, pregos etc.
- c) facas, espadas, bisturis.
- d) pedras, bastões, coronhas de armas de fogo, barras metálicas, martelos etc.

Questão 4

Nas mortes por precipitação, a distância entre o ponto de repouso do cadáver e o perfil da edificação (face da qual a vítima caiu) recebe especial atenção quando das análises realizadas pelos peritos criminais. Nesse contexto, a maior distância entre o corpo e o prédio normalmente

- a) indica a ocorrência de um homicídio.
- b) indica a ocorrência de um suicídio.
- c) indica a ocorrência de um acidente.
- d) não traz informações úteis à investigação policial.

Questão 5

O isolamento e a preservação dos locais de crimes:

- a) resultam em um item obrigatório a ser inserido nos laudos periciais de exame de local, conforme previsão expressa do Código de Processo Penal.
- b) estão inseridos na cultura geral e na tradição do brasileiro, sendo raríssimos os episódios de locais de crime prejudicados pela população que, naturalmente, ao se deparar com um cenário de crime, evita a aproximação ou, mesmo, o deslocamento por entre os vestígios.
- c) são de responsabilidade apenas do primeiro policial que chega ao cenário, não havendo qualquer responsabilidade posterior para as autoridades policiais e os agentes sob sua direta subordinação.
- d) não encontram qualquer respaldo na legislação processual penal brasileira.

Espaço para rascunho



Questão 6

Os direitos à intimidade e à vida privada possuem conteúdo de direito fundamental, pois são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. No Brasil, o preceito que expressa um dos direitos e deveres individuais e coletivos se encontra na esfera

- a) constitucional.
- b) infraconstitucional.
- c) de medidas provisórias e leis delegadas.
- d) de tratados internacionais que não versam sobre direitos humanos.

Questão 7

O Brasil é um dos países signatários das Convenções de Genebra, de Haia e da Carta da ONU. Além disso, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fica constitucionalmente assegurado o respeito aos tratamentos internacionais que expressam os direitos e as garantias relativas aos indivíduos. Assim sendo, ao proteger todas as pessoas contra atos ilegais,

- a) os operadores de segurança pública devem seguir suas convicções ideológicas, religiosas e filosóficas, buscando o bom-senso.
- b) os profissionais responsáveis pelo cumprimento da lei devem, durante todo o tempo, cumprir o dever que lhes é imposto pela lei.
- c) os policiais devem disparar, por precaução, a arma de fogo diante de toda e qualquer situação que envolva foragidos da Justiça.
- d) os integrantes da Polícia Militar devem investigar os crimes, buscando elucidar a materialidade, a autoria e as circunstâncias do fato criminoso.

Questão 8

Como uma das práticas de medidas humanitárias e de moderação, permite-se o uso de armas de fogo por policiais nas situações

- a) em que houver possibilidade de aplicar um meio de contenção menos letal.
- b) em que o preso estiver algemado com as mãos para trás e encapuzado.
- c) de tiro de advertência para cima.
- d) de autodefesa ou defesa de outros.

Questão 9

O operador de segurança pública deve fazer uso da força em relação à pessoa presa

- a) como instrumento legal de investigação.
- b) se a manutenção da ordem estiver garantida.
- c) quando a segurança pessoal estiver ameaçada.
- d) para educar segundo a política de repressão.

Questão 10

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece, por meio de seus trinta artigos, a dignidade como inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis. É um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as Nações, sendo que um desses artigos prescreve que

- a) “Os homens têm direitos quase plenos e as mulheres têm direitos parciais à vida.”
- b) “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.”
- c) “Todo homem suspeito de um ato delituoso é considerado culpado.”
- d) “A tortura somente é permitida se outro castigo cruel não atingir seu objetivo.”



Questão 11

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, há o destaque de outras legislações que promovem o respeito aos direitos e liberdades da pessoa humana com reconhecimento internacional. Dentre essas legislações, destacam-se o Pacto Internacional para Direitos Cíveis e Políticos, a Convenção Americana de Direitos Humanos e

- a) o Pacto Internacional para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- b) o Código Canônico.
- c) a Lei das XII Tábuas.
- d) a Convenção Internacional de Direitos Tecnológicos, Falimentares e Mercantis.

Questão 12

O que importa são os resultados, não os princípios, ou a intenção. Para um servidor público, fazer o bem é agir em função do resultado, que pode ser tanto a melhor promoção do bem comum, quanto a melhor promoção do bem pessoal do próprio servidor, ou então ambos os resultados. É a visão abordada

- a) no Princípio da Inviolabilidade.
- b) na Ética da Convicção.
- c) no Princípio da Isonomia.
- d) na Ética da Responsabilidade.

Questão 13

“Qualquer ação eticamente orientada pode ajustar-se a duas máximas, fundamentalmente diferentes entre si e irremediavelmente opostas: pode orientar-se de acordo com a ‘ética da convicção’ ou de acordo com a ‘ética da responsabilidade’” (WEBER, 1979, p. 85). Assim, tem-se o seguinte exemplo:

- a) Ética da Responsabilidade – Platão: “os que fazem o bem não vivem bem, e os que são injustos vivem bem, mas nem por isso alguém deve fazer algo só porque e enquanto me trouxer resultados bons”.
- b) Ética da Convicção – Kant: “virtuoso não é quem alcança a felicidade, mas quem é digno de ser feliz, por ter cumprido a lei [...] não ser realmente feliz”.
- c) Ética da Convicção – Maquiavel: “os fins justificam os meios”.
- d) Ética da Responsabilidade – Jesus Cristo e o Sermão da Montanha: “quando, pois, dás esmola, não toques a trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem louvados pelos homens”.

Questão 14

A crise ética depende em boa parcela da crise da ética, ou seja, da perplexidade e da incerteza em que estamos imersos atualmente. Um sinal disso é a ausência de clareza a respeito do nosso futuro como espécie, e por isso, a respeito do sentido da nossa existência mesma. Dessa forma, verifica-se que

- a) a crise ética significa: por que devo eu cumprir alguma norma?
- b) a crise ética significa: por que me esforçar para estabelecer alguma norma para a convivência humana?
- c) a crise da ética significa: por que me esforçar para acatar as regras morais universais sobre os direitos humanos?
- d) a crise da ética significa: por que devo eu obedecer à lei?

Espaço para rascunho



Questão 15

“Comer, beber, urinar, defecar, dormir, fazer amor, falar, ouvir [...] impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver com a cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir outras pessoas de se movimentarem ou falarem é igualmente intolerável”. (ECO, 1994, p. 7). Umberto Eco defendeu que a ética mínima universal deveria ter como princípio

- a) o direito ao livre pensamento.
- b) o poder arbitrário da polícia.
- c) o respeito ao corpo do outro.
- d) o amor maternal incondicional.

Espaço para rascunho



Investigação de Homicídios**Questão 16**

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) o homicídio por motivo de relevante valor moral é aquele segundo o interesse coletivo.
- b) o assassinato intencional, mediante estrangulamento, configura hipótese de homicídio simples.
- c) configura hipótese de homicídio qualificado aquele em que o autor age sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima.
- d) o crime de homicídio ocorre a partir do início do parto, quando começa a vida extrauterina.

Questão 17

No crime de homicídio, configuram-se modos que dificultam ou impossibilitam a defesa do ofendido:

- a) emboscada, dissimulação, motivo fútil.
- b) traição, emboscada, surpresa.
- c) surpresa, vingança, traição.
- d) emboscada, dissimulação, premeditação.

Questão 18

Na investigação de crimes de homicídio, quanto ao motivo ou à circunstância, verifica-se que

- a) homicídio mercenário é aquele cujo autor age motivado pela paga ou promessa de recompensa de natureza econômica.
- b) homicídio ocasional é aquele movido por interesse material.
- c) homicídio passional é aquele cometido por disputa pelo poder público.
- d) homicídio político é aquele praticado para assegurar execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.

Questão 19

Segundo o estudioso de criminalística Edmond Locard, o tempo consome os vestígios, as evidências e dificulta a busca da verdade. Esse pensamento resume um princípio aplicável às investigações de homicídios, qual seja:

- a) princípio da indisponibilidade.
- b) princípio da oficiosidade.
- c) princípio da oportunidade.
- d) princípio da ocasionalidade.

Questão 20

Sobre as providências tomadas em local de crime de homicídio, tem-se que

- a) os suspeitos são obrigados a autorizar a realização de perícias para detecção de vestígio em seu corpo, como, por exemplo, exame de pesquisa de chumbo nas mãos e braços.
- b) sinal de mordedura na vítima deve ser identificado e analisado visando a uma possível extração de DNA depositado em saliva pelo suspeito.
- c) saco plástico é o recipiente adequado à preservação de roupa úmida, com provável mancha de sangue, para futuro exame pericial.
- d) é desnecessário registrar e analisar as lesões provocadas na vítima, pois essas medidas serão tomadas no Instituto de Medicina Legal ou local similar.

Espaço para rascunho



Questão 21

É elemento de convicção considerado prova técnica:

- a) o depoimento testemunhal.
- b) o laudo cadavérico.
- c) a confissão do indiciado.
- d) a declaração do suspeito.

Questão 22

Sobre a investigação de homicídio, verifica-se que

- a) o ângulo e a distância de tiro não têm importância para compreensão do perfil do suspeito.
- b) as manchas de sangue observadas em local de crime não possibilitam saber se a pessoa a que se referem estava de pé ou caída quando foi ferida.
- c) o primeiro policial a adentrar o local de crime, caso o altere, deve restaurar o cenário do delito e comunicar sua conduta aos peritos criminais.
- d) a investigação de homicídio fundamenta-se na trilogia motivo, meio e oportunidade.

Questão 23

Sobre os tipos de vestígio e a diferença entre vestígio e evidência pericial, considera-se que

- a) evidência é o material constatado e recolhido em local de crime para posterior análise na sessão competente do Instituto de Criminalística.
- b) vestígio verdadeiro é aquele produzido com propósito antecipado de ludibriar os investigadores em busca de esclarecimento do fato.
- c) vestígio forjado é aquele encontrado em local de homicídio, sem que tenha sido produzido com a intenção de induzir alguém a erro.
- d) evidência é o resultado da análise pericial revelando a ligação do material examinado pelos peritos com o fato investigado.

Questão 24

Acerca da investigação de crime de homicídio, verifica-se que

- a) a diligência para cumprimento de ordem judicial de busca e apreensão só é necessária para localização do instrumento utilizado na prática do homicídio.
- b) é vedado o reconhecimento de pessoa e coisa.
- c) é necessário procurar esclarecer a motivação do crime.
- d) é irrelevante para os peritos e investigadores saber o posicionamento exato do corpo da vítima no cenário do crime.

Questão 25

O prazo de prisão temporária durante a investigação do crime de homicídio será de

- a) 30 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio por motivo fútil.
- b) 05 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio com emprego de veneno.
- c) 05 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio em circunstância de emboscada.
- d) 30 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio simples.

Espaço para rascunho



Investigação Policial**Questão 26**

Na execução de uma entrevista com um suspeito, durante a investigação policial, o investigador deverá, na fase inicial,

- a) conduzir toda a entrevista com perguntas que definam detalhes de ação na linha do tempo.
- b) realizar perguntas diretas, de forma a desestabilizar emocionalmente o suspeito.
- c) esclarecer de início as dúvidas relativas à materialidade e autoria do crime investigado.
- d) permitir uma narração espontânea, esclarecendo depois os pontos obscuros com perguntas.

Questão 27

Na formulação de quesitos da entrevista, durante a investigação policial, o investigador tem a opção de elaborar a entrevista com perguntas ou itens predeterminados. Trata-se da entrevista

- a) estruturada.
- b) mista.
- c) cognitiva.
- d) semiestruturada.

Questão 28

Durante a investigação policial, a figura do informante é fundamental para a obtenção de informações sobre o fato investigado. Um dos critérios no trato com o informante é o seguinte:

- a) passar informações ao informante.
- b) tratá-lo com respeito.
- c) conferir-lhe atribuições policiais.
- d) promiscuir-se com o informante.

Questão 29

Na investigação policial, a técnica de investigar um mesmo ponto de mais de uma maneira é chamado de:

- a) técnica de detonação
- b) campana
- c) triangulação
- d) questionamento por pares

Questão 30

Na investigação policial, o "modus operandi" ou modo de fazer, envolve:

- a) a padronização das ações de investigação de crimes semelhantes.
- b) os meios e modos aplicados pelo infrator na prática do delito.
- c) o estudo do perfil das vítimas de crimes de natureza semelhante.
- d) a catalogação dos tipos de crimes praticados por cada investigado.

Questão 31

Para a admissão da interceptação de comunicações telefônicas, é necessário que o fato investigado seja punido com pena de

- a) prisão simples.
- b) multa.
- c) reclusão.
- d) detenção.

Espaço para rascunho



Questão 32

São características básicas do investigador:

- a) ser paciente e curioso.
- b) ser versátil e temerário.
- c) ser flexível e confiar no investigado.
- d) ter atitude de suspeição e passividade.

Questão 33

O planejamento operacional

- a) relaciona-se com a formulação de objetivos a longo prazo e seleção de recursos.
- b) trata das políticas para alcançar a missão constitucional.
- c) é desenvolvido pelos níveis organizacionais intermediários.
- d) descreve os passos necessários para atingir os objetivos da investigação.

Questão 34

A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados. A apensação aos autos do inquérito policial somente poderá ocorrer:

- a) logo após o primeiro relatório contendo as transcrições.
- b) imediatamente, antes do relatório da autoridade policial.
- c) somente após o último relatório das transcrições obtidas.
- d) na fase judicial, devendo os autos serem enviados separados do inquérito policial.

Questão 35

O investigador policial deve agir de forma instantânea para tomar a decisão que irá desencadear o processo investigativo. Esta frase expressa o princípio

- a) da oportunidade.
- b) da publicidade.
- c) do imediatismo.
- d) da impessoalidade.

Espaço para rascunho

